

A luta em torno do PAS

Saúde

A instalação do Plano de Atendimento à Saúde (PAS) transformou-se em guerra entre a Prefeitura e o Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp). Os diretores do Cremesp sustentam que o plano é inconstitucional e desrespeita a classe médica. A Prefeitura argumenta que os opositores têm inspiração político-partidária.

...Segundo os representantes do Cremesp, o que há

de fundamentalmente errado no PAS é que fere a ética médica — acusação que a Prefeitura repele e à qual os médicos que administram o hospital de Pirituba parecem não emprestar importância. Ao mesmo tempo, os conselheiros acusam a Prefeitura de não os ter convidado a participar do processo de tomada de decisão e criação do PAS. Afirmam que os médicos contrários ao plano sofrem a violência da transferência do local de trabalho. Atribuem as mortes ocorridas nos primeiros dias de instalação do plano no Hospital de Pirituba à ineficiência do projeto e à má qualificação dos médicos contratados.

Para cada um dos argumentos, a Prefeitura tem sua resposta pronta. Ninguém foi convidado a opinar: realizaram-se audiências públicas na Câmara Municipal em torno do programa antes de ele ser aprovado. As audiências duraram cerca de 15 horas e eram abertas ao público. Com relação às transferências, o argumento é administrativo: os médicos da Prefeitura são servidores públicos, portanto sujeitos a prestar serviço à população onde a Prefeitura achar melhor. A má qualificação dos médicos não pode ser afirmada, pois estão todos registrados no Cremesp, como manda a lei que regula essa corporação.

A abrupta implantação do PAS em Pirituba, durante a passagem de ano, evitou que as discussões sobre as excelências dos sistemas (PAS, médicos-funcionários mal remunerados e SUS municipalizado) se aprofundassem. O novo plano foi submetido ao escrutínio da Câmara Municipal que terminou por aprová-lo — ainda que se possa dizer que se faz mister maior publicidade sobre as au-

A população carente pouco interesse tem na luta entre Prefeitura e Cremesp

diências públicas em torno de problemas vitais para a Cidade. Entre as críticas ao PAS está a possibilidade de que o plano possa ferir a universalidade do atendimento à saúde. Para esse argumento, igualmente, a Prefeitura tem resposta:

o PAS não se limitará ao atendimento dos portadores de carteirinhas. Prevê socorro aos não-cadastrados (aliás, seria crime de omissão de socorro não fazê-lo); a diferença entre o statu quo e o que se

quer estabelecer é que os custos desses atendimentos serão repassados ao governo federal por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e não pagos pela Prefeitura. Por outro lado, pesquisa realizada a pedido da Prefeitura no fim da semana passada no Hospital de Pirituba revelou que a população aprovou o plano. No domingo, 78% dos 150 entrevistados disseram que o atendimento naquela unidade melhorou e 62% acreditavam que o PAS trará benefícios. Outros 36% informaram que voltavam pela segunda vez ao hospital depois do início do PAS. Os doentes não estão interessados na briga entre o Cremesp e o prefeito; querem um sistema de atendimento médico que os livre de suas doenças e lhes preserve a dignidade.

O grande trunfo da Prefeitura e com o qual ela espera vencer resistências individuais é que os médicos da rede municipal, até agora sacrificados por baixos salários, ganharão por consulta dez vezes mais do que paga o SUS. Neste ponto, suscita-se a questão: terá a Prefeitura recursos para sustentar o PAS? O orçamento da Secretaria da Saúde, seja porque não se aplicou no ano passado, seja pelo que for, é recorde histórico. São R\$ 770 milhões, que permitirão ao prefeito Paulo Maluf apostar no sucesso do plano.

Em todo esse affaire (no qual se deve ter presente que os defensores ardorosos do SUS também tomam partido), um dado alvissareiro: o Cremesp começa a preocupar-se com os óbitos ocorridos em hospitais da rede pública. Deve, de fato, investigá-los todos, agora e sempre, seja ou não o hospital vinculado ao PAS. Tal rigor contribuiria para o aprimoramento das técnicas e cuidados médicos.

ESTADO DE SÃO PAULO